

Tá legal?

Tudo em ordem?

Tudo sob controle?...

Sem conseguir documentos, os “papéis”, no exterior, sem carteira de trabalho ou sem atividade legalizada no seu próprio país, um número cada vez maior de migrantes clandestinos circula em esferas invisíveis e ocultas vagamundeando na sombra da civilização moderna. Civilização esta que cria progressivamente no seu cotidiano barbárie e violência, precariedade e privação, cinismo e desespero, levando à desintegração social e à necessidade da sua superação.

A máquina destruidora da modernização impõe-se sob uma forma retardatária porém brutal, nos “países do futuro” onde, todavia, o futuro já chegou, pois é aquilo mesmo que temos frente aos nossos olhos! Ela automatiza, racionaliza e libera grandes volumes de trabalhadores, criando dentro da sua lógica um mundo às escondidas, ilegal, indocumentado e informal. Nele encontramos o migrante clandestino: um “outro”, sem direito e justiça, procurando pequenas vantagens “fora-da-lei” e, muitas vezes, sujeitado a formas contemporâneas e adaptadas de “escravidão”.

Mas cuidado! Não é tanto o caso de idealizar justiça e direito. O mundo da civilização moderna, do Estado e da sociedade civil distanciou o direito da moral, isto é, afastou o direito dos costumes, hábitos, da gratidão e das regras de conduta, tradicionais fundamentos do convívio entre as pessoas. Diferentemente das sociedades pré-modernas, o mundo moderno ligou o direito à política, ao aparato estatal. Direito e lei são impostos de cima para baixo. Têm a função de manter ordem e controle, isto é, de garantir e regular os domínios que resultam de uma relação social, filha legítima da “militarização” do mercado, do dinheiro, da concorrência e da competição. Naturalizando o social, Thomas Hobbes chamou esta condição de “guerra de todos contra todos”.

O mundo da mercadoria não sobrevive sem a legislação do Estado e, apesar dos discursos neoliberais dos nossos dias, não há como ser liberal sem a existência do Estado. A história da modernização é a história da ampliação enorme da esfera jurídica estatal e da normatização total da nossa vida (“Consulte sempre um advogado”, ensinam os adesivos).

É fácil constatar as consequências da “guerra” e da crise estrutural do nosso sistema social, produtor de mercadorias. Miséria, desemprego, violência, fome, depressões psíquicas e a desordem de um vale-tudo econômico, social e cultural são cada vez mais motor da insegurança e também dos deslocamentos de pessoas.

A modernidade está esgotando no mundo todo a sua missão civilizadora. Países periféricos ou semi-periféricos do mercado mundial, “países do futuro” como o Brasil, deixam de ser atrasados, ao contrário, fazem parte da vanguarda deste colapso: a expansão da criminalidade na política e na vida cotidiana, idosos e crianças maltratados, mendigos e moradores de rua, máfias das drogas, trecheiros pauperizados e migrantes clandestinos são apenas algumas partes de um só conjunto social e apontam para um estado de decomposição cultural.

Neste quadro, o direito e as leis, enquanto atendidos, reproduzem a “injustiça” social. Contudo, o fato de serem tendencialmente minados, nestes tempos de fracasso da política e da economia, leva ainda mais à necessidade de um pensar crítico e radicalmente novo sobre nossa vida social.

Cumprir não perder a esperança de uma transformação. É preciso ficar atentos às formas embrionárias que poderão levar à reestruturação social, econômica e cultural. O migrante, ser histórico da travessia, traz em si um grande potencial que pode contribuir para a construção do novo.

Se este novo pretende realizar o sonho da emancipação, não deve se limitar exclusivamente ao questionamento do legal e ilegal, do formal e informal, do “fichado” e “escravo”, do aberto e clandestino, nem do direito romano, nem da “lei de Gerson”, mas deve suprimir e superar a razão histórica e as luzes embaçadas do mercado, do dinheiro e do Estado.

Heins Dieter Heidemann